

O TOMBAMENTO HISTÓRICO DE NATIVIDADE: A IMPORTÂNCIA DO “PROGRAMA *MONUMENTA*” PARA A PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Alex Queiroz Figueira¹, Higor Alves Sena¹, Keila Maria de Faria²,

¹ Bolsista voluntário, aluno do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - IFTO. e-mail: <alexalekimm@gmail.com>

¹ Bolsista voluntário, aluno do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - IFTO. e-mail: <higorsena001@gmail.com>

² Bacharel, licenciada e Mestre em História, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professora do campus Colinas do Tocantins-IFTO. e-mail: <keila.faria@ifto.edu.br>

Resumo: O presente artigo pretende analisar o traçado arquitetônico nativitano, abordando o processo de tombamento da cidade como patrimônio histórico, em 1987. Pretende-se ainda compreender porque é importante a preservação do centro histórico de Natividade, destacando a importância do “Programa *Monumenta*” no processo de restauração/conservação do sítio tombado. Para esta análise será feito um detalhamento das técnicas construtivas, bem como a exposição dos materiais usados na construção do casario colonial. E a partir desta reflexão realizar uma análise comparativa do antes e depois da intervenção feita pelo “Programa *Monumenta*” no sítio tombado. Metodologicamente esta pesquisa tem como base o trabalho de campo, apoiado pela revisão bibliográfica e o suporte técnico da História Oral, a partir de entrevistas realizadas na cidade de Natividade.

Palavras-chave: Natividade, patrimônio, preservação, Programa *Monumenta*, tombamento.

1 INTRODUÇÃO

Natividade é uma cidade do atual sudeste do Estado do Tocantins, com 284 anos de existência. Construída ao pé da Serra de Nossa Senhora de Natividade, é a cidade mais antiga do estado e seu surgimento é influenciado pela descoberta de minérios preciosos na região da serra que margeia a cidade. Sua fundação ocorreu no ano de 1734, onde prevalecia o então território goiano. Portanto, é correto dizer que a cidade nasceu influenciada pela busca de metais preciosos. Natividade chegou a ser sede provisória da Comarca do Norte, criada pelo alvará de 18 de março de 1809, que dividia a capitania de Goiás em duas Comarcas (FERNANDES, 2015).

O termo tombamento é uma alusão a Torre do Tombo, em Portugal, um arquivo público, no qual estão guardados e conservados importantes documentos históricos. Portanto, “tombar” um bem, significa, proteger esse bem (BONELLI, 2008). O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de 1937, sendo realizado pelo Poder Público, na esfera federal, de acordo com essa lei. A Constituição Federal de 1988 estendeu essa responsabilidade também à esfera estadual e municipal (IPHAN, 2009). “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento (*grifo nosso*) e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”¹ (BRASIL, 1988).

Portanto, proteger o patrimônio cultural brasileiro é responsabilidade do Poder Público. A lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 apresenta a seguinte definição de patrimônio:

Art. 1ª Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico,

¹ Artigo 216 da Constituição Federal.

bibliográfico ou artístico. (BRASIL,1937).

A proposta de tombamento da cidade de Natividade foi realizada pelo Deputado Maranhão Jupiassú, em 1985, de acordo com informações de Marconio Porto. “O pedido fora feito pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e encaminhado através da 8ª. Diretoria Regional, fundamentado em proposição do Deputado Maranhão Jupiassú” (PORTO, 2011, p.124). Dois anos após a proposição de tombamento, Natividade teve seu Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico tombado.

O Processo de Tombamento no. 1,117-T-84, relativo à solicitação da inscrição da cidade de Natividade/GO (hoje Tocantins) nos livros do Tombo da SPHAN, teve o pedido de tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Natividade/GO encaminhado à Coordenação do Setor de Tombamento da DTC/SPAN, feito por Helena Mendes dos Santos, arquiteta da DTC em 8 de agosto de 1985 (PORTO, 2011, p.124).

Em Natividade, existe um poligonal de tombamento, e ao redor deste, existe um entorno imediato, que também é preservado, no qual a preservação deste é focado para a proteção do bem tombado. Destaca-se que as regras de preservação do entorno são menos rigorosas do que as do centro histórico, porém, ambas passam pelas orientações e supervisão do IPHAN. O entorno também tem um caráter preservacionista, sendo que não há possibilidades, em hipótese alguma, de novos edifícios, como prédios, por exemplo. Portanto, tudo o que venha impedir a visibilidade do centro histórico, é vedado. Vale enfatizar que, atualmente, o sítio arquitetônico da cidade é formado por 260 unidades (IPHAN, 2008).

A imagem abaixo refere-se ao centro e entorno histórico nativitano tombado como patrimônio histórico cultural. A linha de cor vermelha representa o perímetro de área tutelada, a linha verde demarca o perímetro do entorno do centro histórico, o quadrilátero de cor esverdeada indica a zona de proteção histórica em volta do entorno e o quadrilátero avermelhado compreende a zona de proteção histórica tutelada.

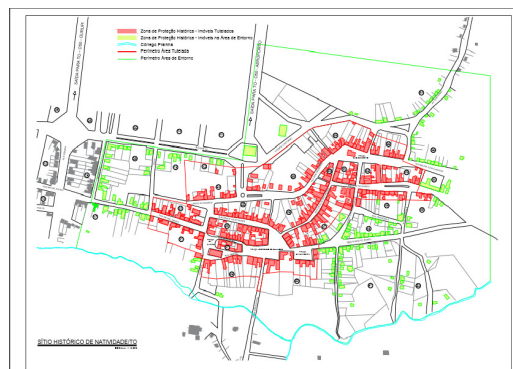


Figura 1 - Mapa do entorno e centro histórico de Natividade, tombado pelo IPHAN. Acervo do IPHAN, em Natividade.

Nascida no auge da exploração aurífera a cidade de Natividade passou por um longo período de estagnação econômica, com a redução da intensa exploração de ouro, provocado pelo esgotamento das maiores jazidas. Isso conseqüentemente, levou grande parte dos mineradores a ausentar-se de Natividade, limitando o trânsito de riquezas na região. Com o declínio das jazidas, uma nova alternativa econômica foi adotada, a pecuária, que passou a constituir, a principal fonte de recursos financeiros da sociedade nativitana, tornando-se a base da economia dessa cidade, no final do século XIX e início do século XX (PICANÇO, 2010).

A nova atividade econômica foi reflexo de um novo período de prosperidade acompanhada pela arquitetura. Essa sofreu diversas modificações, gerando peculiaridades próprias de Natividade, oriundas do novo modo de produção econômica, segundo Pimentel (2017):

Com a mudança de atividade econômica e crescimento da agropecuária, a arquitetura e o modo de vida mudou na cidade. As casas dos que ficaram após o declínio do ouro sofreram alterações, bem como os lotes, que receberam lugar para quintais grandes que viriam a abrigar currais e pomares (PIMENTEL, 2017, s/p).

Devido ao processo de movimentação comercial com regiões mais próximas, como a Bahia, por exemplo, construtores, pedreiros e carpinteiros foram trazidos e, juntamente com eles, a modernização de materiais e técnicas construtivas, ladrilho hidráulico, calhas e platibandas. Ainda hoje, é notório em Natividade, o reflexo das modificações nas fachadas das edificações, ocorridas no período pecuarista, todavia, as características do período aurífero também fazem parte do centro histórico se mantêm preservadas.

No presente artigo, tem-se como objetivo analisar a cidade de Natividade/TO, especificamente sua arquitetura, ou seja, o casario colonial, compreendendo-o enquanto patrimônio histórico que deve ser preservado, abordando portanto, o processo de tombamento da cidade. Para tal análise será feito um detalhamento do traçado arquitetônico de Natividade, em busca de compreender as técnicas construtivas desse tipo de construção. Pretende-se ainda fazer uma reflexão comparativa do antes e depois, da intervenção, realizada pelo “Programa *Monumenta*”, nas residências do sítio tombado. E assim, averiguar se o Programa foi positivo ou negativo. E também destacar a importância da preservação/conservação do centro histórico como elemento constitutivo da memória social da comunidade nativitana. E a partir do conhecimento sobre o patrimônio cultural nativitano, incentivar a preservação dos bens tombados. Há ainda a pretensão de realizar uma exposição fotográfica, juntamente com os discentes/pesquisadores, dos documentos iconográficos produzidos ao longo da pesquisa, bem como promover a divulgação dos resultados da pesquisa em seminários, oficinas e eventos científicos e culturais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO/ESTADO DA ARTE

Dentre os autores que nos deram sustentação teórica para a pesquisa podemos mencionar os vários artigos referentes ao tema Patrimônio cultural, memória, preservação patrimonial. Também foi consultada a produção bibliográfica da área da arquitetura, essencial para compreensão de inúmeros termos técnicos presentes neste trabalho. E ainda a legislação do IPHAN sobre preservação de patrimônio e o Programa *Monumenta*, a Constituição e sobretudo o Dossiê de Tombamento da cidade de Natividade, produzido pelo IPHAN.

O estudo do Dossiê de tombamento proporcionou um conhecimento detalhado de todo o processo de tombamento da cidade de Natividade, considerando de extrema importância a preservação e conservação deste sítio, em função da significação que este possui à memória deste grupo. Assim sendo, “o poder público, em cooperação com a comunidade, deve promover e proteger o ‘patrimônio cultural brasileiro’ que é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Destarte, o centro histórico de Natividade está protegido por uma legislação federal, o Decreto lei nº 25 de 19 de dezembro de 1937, além de uma portaria regional que define as regras de preservação para a cidade. Vale ressaltar ainda que, o tombamento de Natividade ocorreu em 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão responsável pela proteção de bens tombados pela esfera federal. O município de Natividade foi escrito no livro de tombamento arqueológico e paisagístico, histórico e belas artes do IPHAN no dia 16 de outubro de 1987. Sendo neste ato, protegido aproximadamente 18 hectares. (*MONUMENTA*, 2007). Natividade, hoje, tem uma posição de destaque, em comparação com as demais cidades históricas do Estado do Tocantins, apresentando uma boa conservação de seu casario colonial.

O IPHAN possui representatividade na cidade, mantendo profissionais à serviço da comunidade, no que se refere à orientação das intervenções no patrimônio edificado, de acordo com leis e portarias de preservação que atuam desde aquela época, bem como é responsável pela fiscalização destes bens. O órgão exerce ainda uma ação educativa no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância de preservar e conservar o patrimônio cultural nativitano, pois o mesmo faz parte da memória social do grupo. Nesta perspectiva, percebe-se que a educação patrimonial pode ser um importante mecanismo de leitura do mundo e também uma forma de preservar essa memória (Le Goff, 1992, p. 13). Portanto, é através da memória que se mantém viva as tradições dos grupos humanos e suas múltiplas formas de expressões culturais.

É um grande desafio preservar-se e manter-se a conservação de centros históricos nessa região do estado. Dentre as dificuldades encontradas no processo de conservação estão as políticas de conservação do patrimônio, que só foram adotadas tardiamente, devido ao recente e longo processo de emancipação política que ocasionou a criação do Estado do Tocantins, no final da década de 80.

O traçado arquitetônico nativitano destaca-se pela “sua simplicidade, com ausência de monumentalidade nas construções públicas e privadas” (PICANÇO, 2010, p. 73). A autora afirma que as fachadas encontradas em Natividade são basicamente de duas formas, e correspondem aos períodos de maior riqueza e prosperidade da cidade, uma fase é representativa da época da mineração no século XVIII e a outra representa o instante em que a base da economia girava em torno da pecuária, a partir do século XIX. As fachadas das quais apresentam uma singeleza maior, referem-se à época da mineração, já as que se mostram mais ornamentadas, estão relacionadas ao período da pecuária.

Inicialmente, as edificações de Natividade foram construídas com materiais disponíveis na região, “utilizou-se da terra crua, do solo e da argila em seu estado natural (...) predominou a técnica construtiva do uso do adobe e da taipa de pilão, representando um bom aproveitamento do uso da arquitetura de terra. “A partir da segunda metade do XIX, o adobe tornou-se o material mais utilizado nas edificações das famílias mais abastadas do núcleo urbano”. (PAZ, 2013, p. 103). A planta típica de Natividade adotava o formato ‘L’, como representa a figura 1:

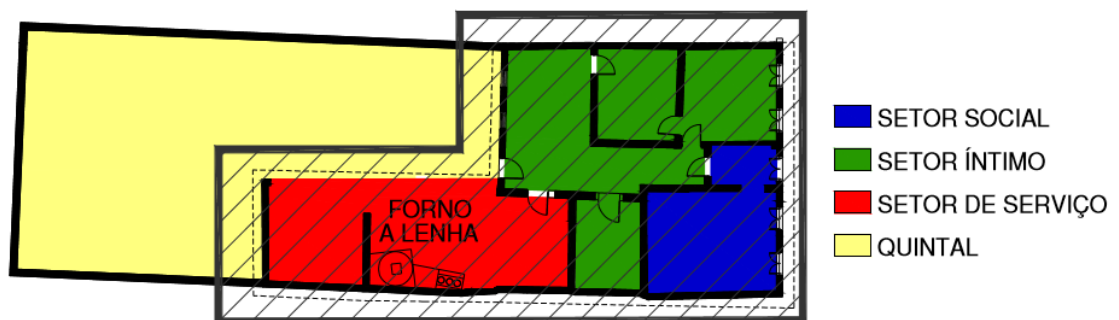


Figura 2 - Planta típica de Natividade (PICANÇO, 2017, p. 77), apresentando uma construção tipicamente colonial.

De acordo com Valéria Picanço (2017) um número acentuado de edificações residenciais ainda preserva o modelo de construção original: fundações em pedra canga, paredes predispostas com tijolos de adobe ou taipa, e coberturas feitas com telhas artesanais de barro assentadas sobre a estrutura de madeira da região. Tais construções formam um conjunto arquitetônico, rico e harmônico caracterizado pela singeleza de tais construções. O casario colonial caracteriza-se pela construção das casas térreas ssão predispostas emparelhadamente umas com as outras, formando edificações geminadas, construídas predominantemente com adobe, utilizando-se de tijolões maciços ou tijoleiras (alvenaria). “Os tijolões maciços ou tijoleiras são antigas peças grandes, confeccionadas em cerâmica rústica e queimadas em fornos artesanais, usadas principalmente para a construção de arcos” (BONNELI, 2008, p.17).

Na arquitetura nativitana, a cal teve um papel essencial, sendo utilizado na argamassa de

assentamentos de rebocos, na qual é conhecido como cal virgem e hoje, tem sido substituída pela cal hidratada, vendida nas lojas de materiais de construção. Uma justificativa para a cal ser o principal material empregado na argamassa é que ela, juntamente com a areia apresentam um endurecimento considerável, portanto, quanto mais antigas as misturas, mais durabilidade ela constitui. Vale ressaltar ainda que, utilizava-se a cal como pintura para as paredes das casas, desse modo é notório ser observado que a maioria das residências nativitanas apresentam as paredes de coloração branca e, somente as portas e janelas mostram-se de cores diferentes fazendo com que haja um destaque maior para as mesmas.

Com relação a arquitetura nativitana, no que se refere às janelas, foram usadas, originalmente, esquadrias de madeira, em quase todas as edificações. As janelas são estruturadas por quadrados de madeira, sendo constituídas por quadros do mesmo material, com duas ombreiras, um verga superior e um peitoril, um conjunto de elementos que forma o quadro e oferece rigidez estrutural, afim de sustentar as aberturas das paredes. Vale ressaltar que as janelas também podem receber bandeiras fixas, com função de ventilação e iluminação superior, estando nas proximidades das vergas. Podem ser encontradas ainda, algumas janelas com treliças de madeira. Estas são estruturadas com várias tiras de madeira vazadas, assegurando ventilação, luminosidade e recebem decoração nas sobrevergas e molduras em massa, que ornam e as distingue das demais esquadilhas dos séculos XVIII e XIX. E, logo, as janelas de Natividade desempenham um papel imprescindível na arquitetura da cidade.

Em Natividade, até hoje, as portas possuem um papel fundamental na organização do espaço interno do imóvel. Nos edifícios residenciais, a porta do corredor de entrada é o único acesso de fachada para o interior, e ali dentro existe uma segunda porta, com uma barreira ao visitante, que deve apresentar-se antes de entrar na casa. Quando as paredes são muito grossas, as vergas tanto das portas, quanto das janelas, podem receber uma peça de madeira que sustenta o peso da parede acima do vão. Essa peça de madeira é a padieira, que pode ser de vôo, quando se usa uma peça de madeira inclinada, ou padieira armada quando a sustentação é feita por três peças quadradas de madeira. Vale ressaltar outra característica das casas nativitanas, são suas paredes são autoportantes:

A solidez da parede está no modo como ela é feita. As paredes se estruturam com a amarração dos tijolos de adobe nos cantos, o que as torna aquilo que se define como parede autoportante, não havendo, portanto, a necessidade dos esteios em madeira. (PAZ, 2013, p. 113).

Já no que se refere aos telhados, estes são compostos de planos de cobertura que são denominados de águas. É notório, em Natividade, outro uso de telhados com uma, duas, três e quatro águas, tacaniças e rincões. Em relação aos beirais, portanto, são utilizados para garantir maior proteção das paredes externas contra a chuva e o sol, tendo o papel de lançar a água da chuva para longe da base da parede. Na cidade de Natividade, podemos encontrar beirais curtos, unidos de cimalthas em

massa ou beira-seveira, e alongados a partir dos caibros ou cachorros² que viabiliza maior reduto para as fachadas. Na referida cidade, é verídico a presença de vergas com as distribuições demaseadas estreitas entre si, predominantemente retas, sendo reforçado esse aspecto horizontal pela presença de beirais nas edificações. Aquelas fachadas que se apresentam de forma mais esbelta, é devido a diversidade dos tipos de platibandas, dentre outros ornamentos, que sobrepõem as construções e que, as vezes, sobrecarregam as mesmas.

Para a preservação do seu patrimônio, Natividade recebe investimentos do governo federal por meio do IPHAN e do programa *Monumenta*.

O *Monumenta* também criou uma estrutura para a descentralização da gestão do patrimônio com a criação de fundos municipais de preservação, investindo na criação de uma política local de patrimônio. Com essas mudanças, o Programa conseguiu impor uma cultura de preservação mais ampla, em detrimento da tradicional cultura da conservação pontual (DIOGO, 2009, p. 3).

O Programa *Monumenta* é projeto de financiamento de reforma de imóveis “o financiamento para a recuperação dos imóveis privados surgiu como o principal instrumento do Programa para intervir de forma abrangente nos centros históricos (...) Essa ação demandou grande esforço operacional para se efetivar, mas sempre foi considerada prioritária” (DIOGO, 2009, p. 4). Por meio deste projeto os moradores pagavam uma parcela com um valor diminuto por esse trabalho de intervenção. Esse pagamento é direcionado para um fundo de preservação do patrimônio cultural, que fica sob inteira responsabilidade da prefeitura, chamado Conselho Curador do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Natividade/TO - FUPPAC. Deve-se ressaltar que o dinheiro que foi investido, retorna para esse fundo, que será empregado novamente, funcionando assim, como um “ciclo” econômico intervencionista dos bens tombados. Caso os recursos existetes estejam se esgotando, o montante deverá ser sujeito à objetivação do FUPPAC, os saldos que estiverem à disposição serão aplicados na recuperação, preservação e conservação de outros bens. Tais bens seguem uma ordem de prioridade: bens culturais públicos e/ou privados são protegidos por decisão de autoridade federal, estadual ou municipal respectivamente; bens culturais de interesse histórico municipal; e outras atividades de preservação do patrimônio cultural são decididas pelo próprio Conselho.

Não se pode desconsiderar que a cidade é mutável, assim como as pessoas que moram nela, até porque não se consegue "solidificar" a cidade no tempo, todavia, com o IPHAN, há a tentativa de manter os valores que se preserva³. Desta forma, o IPHAN é responsável por orientar os moradores de Natividade, ou seja, como deve ser procedida as intervenções nas edificações, para que sejam

² O beiral com cachorros ou “encachorrado” é um sistema que procura levantar a inclinação do beiral para que a água da chuva seja lançada o mais longe possível do pé da parede.

³ Entrevista de Sátyla Cerqueira Brandão, servidora do IPHAN de Natividade, em dia 30 de julho de 2018, nas dependências do IPHAN, em Natividade.

mantidas as características, dispondo para isto, de arqueólogos, arquitetos, historiadores e demais corpo técnico necessário às intervenções.

Vale destacar que em casos de futuros procedimentos, no que se refere às modificações no patrimônio tombado, mesmo que seja reformas relacionadas ao processo de conservação, o proprietário terá que obter uma autorização para proceder a intervenção. E isso é feito por meio de um processo de liberação e autorização do IPHAN e, somente após essa autorização, o proprietário poderá proceder as modificações no patrimônio tombado.

Quando o proprietário tem condições econômicas de fazer a reforma da arquitetura de sua edificação e ele não toma os devidos procedimentos iniciais com a reforma, o IPHAN, como órgão fiscalizador, incentiva o proprietário a manter a arquitetura, pois não se pode deixar ruir, e é crime contra o patrimônio de acordo com o decreto nº 25/37. Todavia, quando o proprietário não tem condições econômicas para reformar o imóvel, deve-se notificar o IPHAN, explicando essa situação, sendo mister a comprovação de que tal proprietário não tem condições financeiras. Uma vez provado a carência, o IPHAN inicia os procedimentos com base no artigo 19 do Decreto-Lei nº25/37, com recurso para fazer a reforma no imóvel.

Em casos que o proprietário tenha condições econômicas e não queira prosseguir com a reforma do bem tombado, referindo-se à arquitetura, ele responderá um processo, terá seu nome "sujo" no Serviço de Proteção ao Consumidor - SPC, não conseguindo nenhum tipo de financiamento, não podendo tomar posse de concursos públicos, entre outros⁴. (Sátyla Cerqueira Brandão – entrevista).

Destaca-se que o projeto *Monumenta* teve início no ano de 2005 e procedeu-se até o ano de 2008, e é notório que uma parte acentuada da população chega a discorrer que Natividade se encontra como "renascida" depois dessa intervenção do projeto *Monumenta*, que interferiu não só nos espaços privados, mas também nos públicos, como praças, igrejas, entre outras localidades. Mas o programa também apresentou problema de descaracterização do estilo colonial, com a primeira fase da restauração. A descaracterização do telhado e da cobertura, o inserção de pisos cerâmicos contemporâneos. Essa intervenção parece configurar apenas a leitura de uma intervenção que está mais apreenssiva com a aparência exterior da edificação, como a fachada, do que com o aspecto interno das edificações.

3 METODOLOGIA/MATERIAIS E MÉTODOS

A fundamentação metodológica estrutura-se na pesquisa de campo, com visitas à cidade de Natividade. Assim, foram realizadas duas visitas técnicas à cidade, uma em setembro de 2017 e outra

⁴ Depoimento de Sátyla Cerqueira Brandão, servidora do IPHAN de Natividade, em entrevista aos bolsistas: Alex Queiroz Figueira e Higor Alves Sena, na data supracitada.

em julho de 2018. Foi realizado também um levantamento bibliográfico, para averiguar o andamento da temática na historiografia, que possibilitou o acesso ao “*Dossiê de Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Natividade – Goiás. 1984*”.

Utilizou-se ainda a História Oral como suporte técnico para investigar as funções e ações do IPHAN ao longo do processo de tombamento, bem como a responsabilidade deste órgão na continuidade da preservação/conservação dos bens tombados. Destarte, foi realizada uma entrevista com a servidora do IPHAN local, Sátyla Cerqueira Brandão⁶, no dia 30 de julho de 2018, nas dependências do próprio órgão. Assim, a pesquisa tenciona analisar o patrimônio arquitetônico nativitano, esmiuçando o seu traçado, em busca de compreender a importância deste conjunto e a fundamentação para o tombamento do mesmo. E a partir do conhecimento sobre o patrimônio cultural nativitano, incentivar a preservação dos bens tombados.

Também foi realizado o registro visual do Centro Histórico tombado, ressaltando-se que este registro foi realizado predominantemente pelos bolsistas voluntários do projeto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do exposto pode-se afirmar que o Programa *Monumenta* embora opere na intervenção dos imóveis apresentando um projeto de restauração do Patrimônio, em sua primeira fase, ou seja, as primeiras edificações privadas contempladas pelo Programa sofreram uma grande descaracterização, tanto no sentido estilístico, principalmente na estrutura, quanto na cobertura do telhado. Foi removida a estrutura de madeira roliça, amarrada com couro, e feita a substituição desta por madeira serrada com sistema contrutivo de vigota. Já em relação a cobertura foi acordado a utilização de telhas industrializadas, novas, tipo capa e canal. Todavia, não foi mencionada a cor da telha e, conseqüentemente, em várias edificações foram utilizadas telhas com tom laranja muito acentuado. Além do mais, a ausência de forro e o uso das novas telhas ortorgou a distinguibilidade em vinculação ao novo medeiramento serrado da estrutura da cobertura ou do pretério telhado, segundo Picanço, (2010).

⁵ O Dossiê de Tombamento ainda denomina Natividade como parte integrante do Estado de Goiás, pois o Estado do Tocantins só foi criado em 1988, no dia 05 de outubro, através do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição.

⁶ A servidora assinou a carta de aceite concordando em nos conceder a entrevista para o projeto “*História e patrimônio cultural: investigando a identidade cultural tocantinense – revisitando a arquitetura colonial de Natividade*”, informando ainda que em caso de gravação de vídeo, não seria ela a responsável pela entrevista, mas o Superintendente do IPHAN em Palmas. Desta forma, procedeu-se exclusivamente a gravação em áudio, por acreditar que sua vivência cotidiana com o Centro Histórico de Natividade e também com os habitantes locais, qualificava-a com mais exatidão para falar sobre as funções do IPHAN e também sobre a reação da comunidade nativitana, ao Programa *Monumenta*.

Contudo, segundo Picanço (2010), essa distinguibilidade não foi intencional. Se o madeiramento foi substituído por madeira aparelhada e não por madeira roliça, isso processou-se por proibição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Portanto, no instante não teria validade catalogar a intenção de assinalar a intervenção contemporânea de não ser leal à autenticidade do tempo histórico.

Em um segundo momento do programa, tencionando não descaracterizar o estilo colonial, optou-se pelo reaproveitamento das telhas antigas lavadas e tratadas como capa, e as telhas novas como canal. Tal postura reafirma a opção do Programa por uma intervenção, com a marcação, no edifício, do trânsito do tempo. Inclusive as edificações com telhas novas passaram a ser objeto de um projeto de intervenção, ainda não implementado, cujo objetivo, segundo o IPHAN, é transformar, mais uma vez, o telhado, com o reuso de telhas antigas, lavadas.

5 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado ao longo do trabalho, é notório a riqueza existente na cidade de Natividade, tanto inserida em seu patrimônio arquitetônico urbanístico, quanto arraigada na memória de seu povo que busca manter a história de seus antepassados através de suas manifestações artísticas e culturais, que apresenta-se através do patrimônio imaterial como o “saber fazer” da produção do “amor perfeito⁷”, ou ainda a partir de sua religiosidade como a festa do Divino, ou ainda a dança da suça, dentre outras manifestações culturais que constituem o patrimônio imaterial da cidade.

Destarte, além de ressaltar a importância da preservação do patrimônio tombado em Natividade, a arquitetura mostra/preserva traços de períodos importantes à memória do grupo social que ali se estabeleceu e cujas tradições a comunidade busca preservar/conservar. Por tudo isso, a própria comunidade solicitou o tombamento do centro histórico da cidade. E após quase três décadas de seu tombamento o “Programa *Monumenta*” se faz como um impulsionador desta preservação, ao proporcionar o custeio das obras de restauração e conservação das edificações do centro histórico, evitando assim que percam suas características representativas do período colonial. Desta forma, preserva os aspectos que fortalecem o sentimento de pertença àquele lugar, por parte dos moradores da cidade. Esse processo de preservação influenciou também na economia local, pois a sociedade nativitana, investiu no turismo. Esse investimento agregou também valor econômico⁸ ao processo de preservação do casario colonial, visto que, o projeto de restauração da arquitetura do centro histórico atraiu inúmeros turistas à cidade. Essa visitação além de aquecer a economia local, configurando-se

⁷ Biscoito produzido de forma artesanal, em gamela de madeira e assado em forno a lenha, tendo se popularizado durante a festa do Divino na região de Natividade.

⁸ Usou-se a expressão valor econômico, como distinção da valoração atribuída ao valor simbólico, no sentido de estar correlacionado à memória do grupo social e portanto, ao sentimento de pertença que não pode ser mensurado monetariamente.

como um Arranjo Produtivo Local (APL), também proporciona o contato com a forma de viver dos primeiros grupos que se estabeleceram na região.

Como foi ressaltado, o Programa *Monumenta* atendeu às necessidades básicas de restauração, do Centro Histórico nativitano, promovendo a restauração parcial, pois o Programa não abarcou todas as 260 casas tombadas. Como o objetivo do Programa é a restauração das características coloniais do centro de Natividade, pode se afirmar que conseguiu restaurar parte do Centro Histórico nativitano. Embora tenha apresentado em sua primeira fase alguns problemas sobre intervenção que “prejudicou” o estilo colonial singelo típico do período aurífero, o Programa buscou corrigir esse tipo de intervenção, evitando assim, a descaracterização do estilo colonial num segundo momento de execução do Programa.

Desta forma, pode se afirmar que três décadas após o tombamento da cidade como patrimônio histórico, Natividade continua em bom estado de conservação de seu casario colonial. E a comunidade procura manter suas tradições, de tal forma, que possa repassar suas memórias e vivências às novas gerações, preservando uma maneira de ser, significativa para um dado grupo social e representativa de momento histórico específico, cujos vestígios ainda se preservam no traçado arquitetônico. Portanto, preservar o traçado do casario colonial é também uma maneira de preservar e conversar a memória desta comunidade. E as políticas públicas tem colaborado com esse processo de preservação/conservação da memória social e conseqüentemente de preservação da identidade nativitana.

REFERÊNCIAS

BONELLI, Rômulo (Coord.). **Manual de Conservação de Arquitetura Nativitana**. Goiânia: UCG, 2008.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

BRASIL. **Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Decreto Lei/De10025.htm>. Acesso em: 03/08/2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Brasília: 1995. (Cadernos de Documentos, 3).

BRASIL. Senado Federal. Constituição Brasileira (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Sônia R. de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995.

DIOGO, Érica. **Programa Monumenta - Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Natividade – Goiás. 1984**. Documento disponibilizado pelo órgão na Superintendência do IPHAN Tocantins.

FERNANDES, Wátila Mislá. **Natividade – História, Esplendor e Resistência**. Palmas: Editora Nagô, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINE, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GARBINATTO, Valeska. **Ensino de história e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e da cidadania**. In Cienc. Let. Porto Alegre, nº 27, p.37 - 48, jan/jun, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1996.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Retalhos de Sabença: Ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade – Tocantins**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013.

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **Preservação patrimonial X qualidade de vida: avaliação pós-ocupação no Programa Monumenta: Centro histórico de Natividade-Tocantins, 2010**. p. 171. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/71115.pdf>>. Acesso: 03/08/2018.

PIMENTEL, Camila de Queiroz. **Natividade – Tocantins registros de sua história**. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/71115.pdf>>. Acesso em: 03/08/2018.